



Revista Geográfica de América Central

ISSN: 1011-484X

revgeo@una.cr

Universidad Nacional

Costa Rica

Neide Coriolano, Luzia; Maciel Barbosa, Luciana
REDE DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS E TURISMO DE BASE LOCAL NO CEARÁ -
BRASIL

Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-26

Universidad Nacional

Heredia, Costa Rica

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820829>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REDE DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS E TURISMO DE BASE LOCAL NO CEARÁ - BRASIL

Luzia Neide Coriolano¹
Luciana Maciel Barbosa²

Resumo

A pesquisa estuda redes de territórios solidários, objetivando análise e compreensão do fenômeno turístico, sob o eixo do turismo comunitário, no estado do Ceará, localizado na região Nordeste do Brasil, é consolidado destino turístico nacional, pretensamente internacional. Esse eixo de turismo configura territórios solidários que produzem o turismo de base comunitária voltados às diretrizes da economia solidária. Ganha espaço em discussões de interesse do Estado, Organizações Não-Governamentais, gestores e agências nacionais e internacionais de turismo. No Ceará, algumas comunidades articulam-se pela Rede Cearense de Turismo Comunitário–REDETUCUM, para fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário do estado, além das Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário–TURISOL e Rede de Turismo Comunitário da América Latina–REDTURS. A pesquisa adota metodologia crítica, busca conflitos e contradições desse movimento, abordagens quanto-qualitativas, dados secundários e da realidades de comunidades visitadas. Constata-se expansão das redes do turismo comunitário mundialmente, e expansão do turismo comunitário como contraponto ao turismo convencional. A resistência de comunidades ao turismo expropriador de terras no litoral nordestino do Brasil, levou o Ministério do Turismo oficializar o eixo de turismo, que assessorado por ONGs, universidades descobrem formas de articulação com o mercado e de inclusão social.

Palavras chaves: territórios solidários.

¹ Prof^a Dra em Geografia, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Laboratório de Estudos do Turismo e Território - NETTUR da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

² Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Aluna do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE – MAG/UECE. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Turismo e do Território – NETTUR/ UECE. E-mail: luciana1712@yahoo.com.br

Introdução

O turismo é uma dinâmica desencadeadora de espacialização, produz territorialidades e reconfigurações geográficas. As relações de poder, na produção de espaços turísticos socialmente produzidos, expressam contradições do modo de produção capitalista ou do espaço - mercadoria. Apropriado por grupos sociais constitui territórios, podendo ser, a um só tempo, lugar de estratégias de capital e de resistências do cotidiano, para habitantes formando territórios solidários. O movimento dialético da sociedade dinamiza relações e transformações espaciais, ao longo da história em múltiplas dimensões, fazendo da produção territorial importante fenômeno de compreensão do turismo.

Território refere-se à apropriação, uso e dominação por grupos sociais que constroem, modificam e fortalecem relações de poder e de identidade em determinado e delimitado espaço geográfico. A pluralidade de grupos e classes sociais de sociedades nacionais capitalistas contribui na diversidade e divergência de interesses, produzindo conflitos espaciais e políticas econômicas que materializam territorialidades pelas racionalidades hegemônicas, em conflito com interesses contra-hegemônicos.

O turismo, assim como as demais atividades econômicas, seleciona e promove a produção e transformação de espaços, de acordo com o jogo de interesses das classes sociais. A apropriação de territórios, entretanto, não se dá apenas pelos que privilegiam a reprodução ampliada do capital, reforçando o modo de produzir, de forma desigual e combinada, mas também é realizada pela via da participação comunitária, solidária. A produção associa-se ao sentimento de pertença, resistência e luta dos que se sentem excluídos dos resultados da produção da riqueza e desejam incluir-se na cadeia produtiva do turismo. Assim, explica Santos (2001, p.80) que

os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. [...] O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história, como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente.

Dessa forma, surgem territórios solidários, comunitários ou alternativos, como forma de representação de poder que parte da classe dominada. A organização do turismo de base local, em territórios solidários, revela forma diferente de apropriação

territorial que, por meio da atividade turística, tipicamente vinculada ao grande capital, consegue resistir às determinações do modelo econômico e fortalecer o poder, identidade e a solidariedade de territórios solidários periféricos ao capital. Simboliza a emergência de outra organização social que cria políticas, lutas e formas de resistência às imposições hegemônicas sobre o território. Haesbaert (2002) explica o fenômeno ao afirmar que:

Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso, mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada (HAESBAERT, 2002, p.14).

Ações e interesses de agentes sociais promovem intenso processo de construção e desconstrução territorial, configurando, assim, território móvel e dinâmico e não como algo estático, posto que é produto e constituição de relações sociais, não configurando, apenas, espaço físico. Concorda-se, com Santos (2001) ao afirmar que o território não é neutro nem passivo às ações dos agentes produtores do espaço, uma vez que as múltiplas territorialidades demonstram complexidade e diversidade de significados, como explicam as teorias geográficas.

Território, conceito geopolítico.

A compreensão de território perpassa a multiplicidade de formas de apropriação e transformação do espaço, por grupos e classes sociais distintas. Funcionalidades diversas atribuem-se a lugares apropriados, territorializados, em diferentes temporalidades, assumindo, assim, diversidade de significações de agentes produtores que territorializam o espaço. Para entendimento de território, Raffestin (1993) destaca que não pode ser confundido com espaço, embora com estreita relação, já que o território é produzido, socialmente, a partir do espaço. Afirma o autor que:

Território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço,

concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (op.cit.: p.143).

A territorialização do espaço implica apropriação, delimitação e controle do espaço. Nele ocorre a materialização das relações sociais de poder e, assim, produção de territórios em dinâmicas contraditórias. A materialização das relações de poder, no espaço geográfico produz território que, enfatiza Egler (1995, p.125), “pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas”. Para Souza (1995, p.78) território destaca-se “fundamentalmente como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Sobre poder, Foucault (2007) destaca que não deve ser considerado apenas sob perspectiva de negatividade e repressão, mas percebido como instrumento de produção territorial. E assim:

Se o poder fosse repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (op.cit.: p.08).

Raffestin (1993) mostra que poder tem o objetivo de controlar e dominar homens e coisas, e como trunfos de garantia: a *população* – na origem do poder, da ação e da transformação territorial; *território* – onde ocorrem as relações, campo de ação e espaço político o que sem a população seria um dado estático; *recursos* – condicionantes da ação da população. No território se processa a condição de vida de qualquer ser vivo e, em especial, do homem. Dele parte a relação de “interdependência e inseparabilidade entre materialidade que inclui a natureza, e uso que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.247). Pela vivência do/no território, associada à presença de fixos e fluxos em constante mutação e pela combinação de ações passadas e presentes, Santos (2000, 2007) e Santos; Silveira (2001) afirmam que não é o território em si que constitui categoria de análise, mas o território usado ou utilizado.

COSTA (2006, p. 40) faz referência a diferentes combinações de abordagens associadas ao entendimento do território na Geografia, as quais foram agrupadas nas seguintes vertentes básicas: *política ou jurídico-política* – “o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes [...] relacionado ao poder político do Estado”; *cultural ou simbólico-cultural* – “o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; *econômica* – “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”; *natural(ista)* – “se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico”. Destacando a relevância da distinção das vertentes, COSTA (2006) apresenta a necessidade de ampliação/complexificação de discussões sobre território e propõe a organização de amplo debate metodológico e filosófico, conforme binômios: *materialismo-idealismo* – visão parcial ou integradora de território, pela distinção ou interação de abordagens; *espaço-tempo* – em que se analisa o caráter absoluto ou relacional do território, além da compreensão de historicidade e geograficidade, como componente ou condição social e espacial, se restritas a determinados períodos, grupos sociais ou espaços geográficos. A adoção de referidas dimensões e binômios de análise do território permite ao pesquisador optar pela discussão e compreensão do fenômeno territorial, sobretudo se tem em vista a compreensão de conflitos, contradições e interações entre as várias formas de apreensão do território e ação de agentes em diferente temporalidade.

Para Ratzel representações geográficas, religião e ideais nacionais desempenham forte influência na evolução do Estado (RAFFESTIN, 1993). Raffestin (1993) mostra que, nos estudos de Ratzel, há estreita relação entre solo e Estado: “o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais” (op.cit.: p.13). Exploração entende-se como intrínseca relação sociedade e natureza, o que representa progresso, a formação ou fortalecimento do Estado. Segundo Moraes (2005, p.70), o território em Ratzel

representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda do território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso

implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas.

A idéia de Estado como único detentor de poder faz entender que a geografia política de Ratzel é geografia do Estado, tendo-o sob concepção totalitária, abordada, no sentido de abranger totalidade, não no sentido do “Estado totalitário” político atual. “Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choques entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados. [...] A ideologia subjacente é exatamente a do Estado triunfante, do poder estatal” (RAFFESTIN, 1993, p.16).

Aprofundando a questão para Moraes (2005) os trabalhos de geografia, no fim do século XIX, pouco se dedicam à perspectiva histórica dos territórios, tomando-os como acidentes geográficos da superfície terrestre, sob abordagem estática e descritiva centrada no presente, apesar de Ratzel haver proposto a análise da formação territorial nos estudos geográficos. O fortalecimento de críticas ao positivismo, nas últimas décadas do século XX, e adoção de novos métodos e metodologias exigem que se entenda território como produto explicável pelo processo de formação territorial, resultado histórico da relação sociedade com espaço. Assim, território é conceito chave de compreensão das ações atuais do Estado e de políticas públicas, urbanas, econômicas ou de turismo. No território, incidem ações públicas de empreendedores privados e da sociedade. Estado e território são temas de amplo debate e de profundas interrelações. Segundo Castro (2009), relação reside na “natureza territorial” do Estado, pois sendo “mero espaço de controle ou escala de mando, o território confere substância ao Estado, que, sem ele, é uma figura jurídica, intenção, mas não uma realidade histórica e social” (op.cit.: 579).

Para Santos (2002, p.232), o Estado-Nação constituiu-se por elementos essenciais: território, povo e soberania, sendo que a “utilização do território pelo povo cria o espaço geográfico. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania”, que expressa a autoridade estatal que, para Damiani (2008), é importante instrumento político de regulação social do território. Assim, território e territorialidade, na geografia, “dizem respeito a estratégias de controle, disciplina e apropriação que envolve o desenvolvimento do Estado moderno e todo o seu aparato institucional, de polícia e política; em outros termos, a produção política da sociedade” (op.cit.: p.112). Compreender territórios turísticos implica situá-los frente ao comportamento estatal.A

apropriação territorial pelo turismo, segundo Cruz (2000), se dá pelo direcionamento da política pública, em determinado lugar. São metas e diretrizes de políticas que norteiam “o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada” (op.cit.: p.9), acrescente-se, ainda, iniciativa comunitária. Cada agente possui uma política de direcionamento do turismo e, de transformação territorial, pela interação do conjunto de sistemas de objetos e ações, como forma de estruturação e dinamização da atividade. Dessa forma, a disputa do poder e a regulação do território são pontos centrais da relação entre os agentes, em que o Estado apresenta-se como importante regulador e normatizador do território, embora não único.

A territorialização de sociedades por diferentes condições e interesses, muitas vezes conflitivos, mostra a relação entre território, política e turismo. O arcabouço teórico, decorrência da interação, é definido por Castro (2005, p. 15) pela relação entre política, como “expressão e modo de controle dos conflitos sociais”, e território, “base material e simbólica da sociedade”. Assim, analisam-se conflitos de interesses que “produzem disputas e tensões que se materializam em arranjos territoriais adequados aos interesses que conseguem se impor em momentos diferenciados” (op.cit.: p.79). E o resultado é a produção de “espaços que mandam”, “espaços que obedecem” e espaços que resistem.

No turismo, informação e circulação caminham juntas, o que faz muitos territórios turísticos de “mando” serem considerados, também, espaços da fluidez e rapidez (SANTOS e SILVEIRA, 2001), tendo em vista técnicas, cada vez mais modernas, que permitem a dinamização e intensificação dos fluxos da atividade. Obedecer também é condição de transformação territorial. A racionalidade hegemônica invade os espaços e os modifica muitas vezes em detrimento da cultura e história do povo. A implantação de equipamentos urbanos/turísticos como meios de hospedagens, vias de transporte, restaurante, comércio, aeroporto, agências de viagem, espaços de entretenimento, em alguns casos, descaracteriza as particularidades dos territórios com a artificialização e tecnificação de lugares e desvalorização do tradicional. Entretanto, há comunidades que resistem e lutam em de forma solidária pelo ordenamento dos territórios onde vivem. A negação à implantação de grandes empreendimentos turísticos, em alguns territórios, não significa que comunidades se oponham ao turismo, mas propõem organização diferenciada da mesma, pelo trabalho participativo,

comunitário, tendo-se iniciativa comunitária de trabalho no e para o turismo como oportunidade de emprego e forma de resistência às imposições do capital. No espaço, constituem-se os territórios, por meio de relações instituídas em sociedade, ao longo do processo histórico. Santos (2002, p.152) define o espaço como “conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e pela estrutura representada por relações sociais, diante dos nossos olhos e que se manifestam mediante processos e funções” Segundo Carlos (1997), o espaço geográfico é “produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante”.

Para compreensão da dinâmica e totalidade do espaço, Santos (1992) destaca, metodologicamente, a importância da fragmentação do todo espacial, mas que, posteriormente, possa ser reconstituído pelo pesquisador. O autor propõe a composição do espaço por elementos: *homens* – na qualidade de fornecedores e candidatos à mão-de-obra; *firmas* – responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias; *instituições* – produtoras de normas, ordens e legitimações – o homem pode ser considerado instituição ao situar-se na qualidade de cidadão; *meio ecológico* – “conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” (op.cit.: p.6), não representa o espaço da primeira natureza, mas o meio h humanizado (segunda natureza) cada vez mais tecnificado e *infraestruturas* – “são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casa, plantações, caminhos etc. (op.cit.: p.6).”

Rodrigues (1997), em análise geográfica do turismo, destaca a atuação da atividade no espaço pelos elementos de espaço propostos por Santos (1992), compondo, assim, “elementos do espaço do turismo”. Para a autora, os *homens* são turistas, população residentes, trabalhadores e proprietários das firmas e instituições diretamente ligadas à atividade turística. As *firmas* correspondem a serviços de hospedagem, gastronomia, agência de viagem e turismo, companhias de transporte (aéreos, rodoviários, marítimos); empresas de publicidade e propaganda. As *instituições*, de onde partem normas, ordens e legitimações de turismo são as de serviço do Estado, como Organização Mundial do Turismo – OMT, Ministério do Turismo – Mtur, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. As *infraestruturas* de apoio ao turismo são equipamentos e serviços urbanos consumidos por turistas e população, planejados de acordo como a demanda de visitantes, muitas vezes, instável. Sobre isso, alerta a autora: “basta uma campanha publicitária contemplar determinado lugar para que a demanda se

avolume desmesuradamente, rompendo o equilíbrio entre oferta e demanda, [...] – prova cabal de que a razão instrumental nem sempre funciona” (op.cit.: p.69). Por fim, o *meio ecológico* constitui o conjunto de complexos territoriais modificados pela ação humana, como territórios transformados pela e para atividade turística, configurando-o não somente como “receptáculo das ações humanas, mas é também, delas resultante, durante o processo histórico” (op.cit.: p.70).

A formação de território relaciona-se ao processo social e histórico de valorização do espaço, como explica Moraes (2005), que por sua vez, associa-se a outros processos: produção do espaço (*stricto sensu*) e apropriação do espaço produzido. Produção de espaço objetiva-se na criação de formas pela ação humana, em diferentes momentos históricos, marcada pela relação, não natural, entre sociedade e espaço. Daí por que o espaço não é neutro e a sociedade determina as formas de relações com a natureza ou com o espaço geográfico. Já a “revivificação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente” (op.cit.: 43) implica processo de apropriação do espaço produzido, o que mostra a complexa e íntima relação entre os processos. As (novas) funcionalidades atribuídas às formas “humanizadas” dão aos espaços características que expressam maneiras, historicamente produzidas, de valorização do espaço. “Cada vez mais, os lugares são qualificados pelas heranças em espaços construídos que possuem; no passado, contudo as condições naturais prevaleciam na definição das “vocações” locais” (op.cit.: 42).

No capitalismo, as condições naturais de lugar apresentam relevância ao processo de valorização do espaço. Atividades, como turismo, apropriam-se das condições, transformam espaços naturais em mercadorias, vendendo-os para visitantes e/ou investidores. Segundo Rodrigues (1997, p. 30), isso representa algo que “parece ter sido meticulosamente arquitetado com séculos de antecipação. Cria-se a fábrica, cria-se a metrópole, cria-se o estresse urbano, cria-se a necessidade do retorno à natureza”. Há um processo contínuo de apropriação, transformação e reapropriação³ de espaços, o que gera necessariamente contradições e conflitos de interesses, face ao jogo político-econômico de agentes, assim como explicam Costa e Almeida (1998, p. 275) ao afirmarem que o território é

³ Moraes (2005) faz uma divisão, do ponto de vista lógico-histórico, do processo de valorização do espaço em processos mais específicos: apropriação dos meios naturais, transformação dos meios naturais e reapropriação dos meios já transformados.

espaço em movimento, formando e deformando-se sob o fluxo do movimento das interações entre os atores e o espaço. O território é uma configuração temporária de um arranjo espacial, sustentado e mantido pelas interações diferenciadas de poder dos atores sociais envolvidos.

A produção e o consumo de espaço se dão pelas ações de diferentes (e divergentes) agentes sociais, ou ainda, agentes produtores do espaço (Corrêa, 1999) que redefinem, constantemente, a dinâmica da sociedade. “A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem” (op.cit.: p.11). Sposito (2008), à análise de redes e cidades, destaca a definição de agentes produtores do espaço estabelecidos pelos autores Marcel Roncayolo e Roberto Lobato Corrêa. Para Roncayolo, os agentes são representados pelos proprietários do solo e imóveis – agem pela constituição do patrimônio particular; as organizações econômicas – variam desde bancos, comércio e indústria a imobiliárias e empresas de construção; por fim, poder público. O autor não faz menção à ação de grupos populares, ao contrário de Corrêa. Referindo-se ao espaço urbano, Corrêa (1999, p.14) declara que a produção e o consumo do espaço por diferentes agentes sociais resultam em intensa reorganização espacial, e “a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado”.

Assim, o Estado apresenta ação complexa e diversificada, por agir “diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos” (op.cit.: p.24). Em Corrêa (1999), o Estado não é uma instituição neutra, mas governa com racionalidade que tende a privilegiar interesses da classe dominante, viabilizando condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. No entanto, grupos sociais excluídos destacam-se como os bens e serviços produzidos no território são de difícil acesso, sendo a habitação um bem de uso seletivo. Tornam-se agentes modeladores do espaço com a produção de territorialidade solidária, em que sua produção são antes de tudo, formas de resistência e, ao mesmo tempo, estratégias de sobrevivência.

Ressalta-se, entretanto, que para entendimento de dinâmicas espaciais requer-se apreensão de interrelações entre agentes, muitas vezes, em defesa de interesses conflitivos, que transformam intensamente o espaço geográfico. A complexidade do mundo atual, associada ao jogo de interesses que promovem transformações espaciais, em diferentes escalas, suscita discussões, quando se leva em conta a heterogeneidade, a não linearidade dos fatos e as formas de resistências às mudanças impostas pelo modelo hegemônico em que prevalecem imposições do mercado. O conceito de território, territorialidade e estratégia de ação dos agentes e multidimensionalidade de relações de poder são categorias básicas de explicação da formação de territorialidades solidárias, em contraponto aos territórios do grande capital. O envolvimento de agentes na produção territorial, organização e dinamização do turismo explicam a representatividade do fenômeno, em discussões políticas e econômicas no cenário nacional e regional, em destaque, debates e discussões acadêmicas pertinentes às relações, conflitos e contradições sociais associados à atividade turística. Na produção territorial para turismo são básicas as ações do Estado, da iniciativa privada, residentes de lugares turísticos e demandas dos turistas.

O Estado, por meio de políticas públicas, fomenta e promove a atividade, incentiva a ação de micro e macro empresários do turismo, mediante incentivos fiscais, viabiliza a implantação de equipamentos, infraestruturas e condições necessárias ao atendimento, em especial, a visitantes e investidores privados, tendo em vista interesses políticos e dinamização da economia local pela atividade turística. Empresários – proprietários de agências de viagens e passeios turísticos, donos de *resorts*, hotéis, pousadas, parques, bares, restaurantes, locadoras de veículos etc. – fazem o *marketing* turístico e divulgam os atrativos exóticos, destacam a qualidade do atendimento e a receptividade; em parceria com o público, apropriam-se de espaços, mesmo em conflito com residentes, e os transformam em territórios turísticos, objetivando lucro, acumulação de capital e ampliação de negócios.

Residentes de lugares turísticos, muitas vezes, não participam de ganhos advindos da atividade que se expande no território. Em alguns casos, a população local torna-se apenas mão de obra de equipamentos turísticos (pouco qualificada e mal remunerada), quando não expulsos de locais onde moram para dar espaço a megaempreendimentos. Entretanto, há comunidades que organizam turismo diferente,

como forma alternativa de trabalho e sobrevivência que se contrapõe ao de grandes capitalistas – turismo comunitário –, embora seguindo determinações do modelo econômico, tendo em vista os benefícios da atividade.

Os turistas pagam para viajar, sair da rotina, se divertir, descansar, ter conforto, luxo ou rusticidade, boa comida e bebida, conhecer o novo e o exótico, representam o público alvo dos que trabalham em turismo. Rémy Knafou (2010)⁴, em palestra sobre turistificação com base local, diz ser o lugar turístico território apropriado pelas populações e os turistas fazem parte de grupos, uma vez que são agentes e sem os quais o território não funciona. Afirma ser lugar turístico diferente de outros territórios por ser “o território do compromisso” que, para funcionar bem, é necessário “compromisso turístico”, entre gestores e conhecimento tácito. Assim a sociedade local se torna turística, com relações heterogêneas entre residentes e turistas.

O turismo abre espaço de territorialidades produzidas por políticas de Estado, macropolíticas privadas, mas também pequenos grupos têm se destacado nas formas de organização territorial. Políticas sociais, territoriais ou alternativas são criadas por população residente com o intuito de atingir a gestão do território que realmente atenda as exigências e necessidades locais. Para consolidação de arranjo político, organização e articulação comunitária são imprescindíveis, tendo em vista conflitos e contradições entre classes e estratégias políticas hegemônicas que incidem em diversos territórios.

Turismo comunitário e produção de territórios solidários

Ações comunitárias são garantia de proteção, preservação cultural, ambiental e fortalecimento de comunidades em territórios e possuem relação simbólica e identitária. Santos (2001) destaca a relevância de práticas sociais e da simbologia que o território, não apenas espaço físico, representa aos grupos residentes. Para o autor, o território

não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que

⁴ Palestra XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. “O lugar turístico – entre desenvolvimento local, sustentabilidade e mundialização”. Prof. Dr. Rémy Knafou (*Université Paris1 Panthéon-Sorbonne*). 12 e 13 de abril de 2010. Rio de Janeiro – Niterói. Universidade Federal Fluminense – UFF.

nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (op.cit.: p.56).

Comunidades garantem o controle de territórios pela criação de associações, sindicatos e cooperativas, como formas de organização locais, tendo em vista políticas que atendem necessidades locais e fortalecimento comunitário. As políticas locais revelam o caráter solidário das comunidades, uma vez que as decisões são tomadas em conjunto e melhoria da qualidade de vida. Conforme Bourdin (2001), o local se desenvolve pela idéia do “viver junto” associado à defesa de interesses coletivos. Para o autor, a

sociedade local se define primeiro como um grupo de indivíduos (ou de famílias) que partilham dos mesmos valores e vivem juntos num território em que se desenvolve o conjunto da atividade coletiva e individual, depois como a partilha de um mesmo território por diversos grupos comunitários (religiosos, étnicos etc.) (op.cit.: p.199).

Territórios são construções sociais que Barcelar (2008) considera realizadas pela escolha de agentes globais, nacionais, sobretudo, de agentes locais, por isso políticas e análises científicas precisam ter ampla visão da territorialidade. Ou seja, há ação, parcerias e conflitos entre esferas, mas o local também se mostra decisivo no processo. Dessa forma, território possui valores, manifestações culturais e identidade, vida própria, história, intencionalidades e dinâmicas. Assim, as formas de produção territorial de comunidades e políticas locais ou alternativas, de interesses sociais e desenvolvimento local são denominadas por Perico (2008, p.54) “territórios de identidade” ou “territórios de cidadania”. Pois, “a base dessa delimitação territorial é a identidade, entendida como o fator estruturante da organização e da mobilização que integra as comunidades (...). É uma energia de ação política que promove rotas de governabilidade baseadas na ação coletiva”.

A estruturação de atividades econômicas pelas comunidades locais, com manutenção do tradicional e adesão ao moderno, como o turismo, faz-se necessária à sobrevivência de periferias e representa formas de resistência e fortalecimento territorial, a exemplo de organizações comunitárias e produção de territórios solidários em que predomina a agricultura familiar, pesca artesanal, artesanato e turismo

comunitário. Atividades econômicas denominadas Arranjos Produtivos Locais – APLs - são exemplos de políticas que incidem em territórios e mostram que comunidades têm condições de controlar, gerir e organizar o espaço em que vivem, sendo assim os APLs contribuição na formação de territórios solidários e fortalecimento de territorialidades. Haesbaert (2002, p.25) explica que territorialidade está para além da abstração, envolve também “dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado”.

Coriolano *et al.* (2009) falam de territórios turísticos que desenvolvem APLs, configurando Arranjos Produtivos Locais do turismo comunitário como expansão de territorialidades solidárias no Ceará. Atraídas pelo discurso do desenvolvimento social, da geração de emprego e de renda, comunidades organizam territórios de gerência de atividades turísticas de base local, objetivando complementação de renda familiar, constituindo, fortalecendo, assim, um dos eixos do turismo – o comunitário, defendido por Coriolano (2003).

Países latino-americanos como Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Brasil possuem comunidades que desenvolvem o turismo de base local. Comunidades pesqueiras, indígenas, agrícolas desenvolvem práticas políticas do eixo e constituem núcleos receptores de turismo. Estão cada vez mais organizadas, articuladas e em expansão no mercado turístico, por meio de redes do turismo comunitário. Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária, “aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida” (CORIOLANO, 2003, p.41). É assim uma prática alternativa ao modelo de vida consumista, conforme alerta Sampaio (2005).

O discurso do turismo comunitário relaciona-se ao reconhecimento de valores culturais e atividades tradicionais, ou seja, o “saber e o saber-fazer – a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2004, p.14) e a autodependência de Max-Neef (1994), que consiste na forma de regeneração ou revitalização local mediante esforços, capacidades e recursos de cada um da

comunidade, propondo, assim, o “desenvolvimento à escala humana”. O turismo de base comunitária, para Sampaio (2005, p.29), “é um divisor de águas” que se baseia na relação turista e comunidade, e não na sobreposição de um pelo outro. Para ele, o “turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários” (op.cit.: p.29). E tem em vista a valorização e preservação do saber, da memória, da cultura local que faz parte da história do povo e contribui no reconhecimento e repasse às gerações. Nas comunidades turísticas, os relatos de vida e de defesa de patrimônios materiais e imateriais mostram-se de suma relevância, na educação de visitantes que ampliam visões de mundo, ao conhecer histórias de lutas e resistências pela garantia da terra, manutenção da vida em família e do trabalho artesanal, novidade para muitos turistas procedentes de realidades diferentes.

No Ceará, a luta pela defesa da terra contra interesses imobiliários de grandes grupos capitalistas é de muitas comunidades, especialmente pesqueiras, tendo em vista a relevância do litoral para o turismo no país. Batoque, no município de Aquiraz, e Prainha do Canto Verde, em Beberibe, são comunidades pioneiras, no estado do Ceará, em relação à defesa do território e desenvolvimento da atividade do turismo de base local. Desde as décadas de 1970, as comunidades sofrem ações de grupos empresariais e grileiros intencionados a tomar posse de terras de famílias. Com apoio da Igreja Católica e de Organizações Não-governamentais obtêm êxito em reivindicações ao poder público, sendo a criação de Reservas Extrativistas - RESEX⁵ importantes produtos de lutas e conquistas comunitárias.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (2010), a Reserva Extrativista do Batoque abrange área de 617,00 hectares, com o objetivo de assegurar a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo a cultura e os meios de vida de população. A Resex- fica no município de Aquiraz e destaca-se por ser a primeira do Estado do Ceará na categoria. A criação da Resex da Prainha do Canto Verde é sancionada pelo governo federal, seis anos depois, em 2009. Representantes locais, poder público e o Instituto Chico Mendes elaboraram o plano de manejo de formas de uso e ocupação da segunda Reserva Extrativista do

⁵ Reserva Extrativista – RESEX “é uma área utilizada por populações extrativistas populacionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (IBAMA, 2010).

Ceará. Assim como Batoque e Prainha do Canto Verde, outras comunidades cearenses lutam contra especulação imobiliária para implantação de grandes empreendimentos turísticos. Em janeiro de 2009, no litoral oeste, do Ceará, o Assentamento Sabiaguaba, formado pelas comunidades de Pixaim, Matilha e Caetanos de Cima, comemorou 20 anos de luta pela terra e de criação da Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba – APAPAIS. Na ocasião, a comunidade Caetanos de Cima inaugurou pousadas domiciliares, construídas mediante projeto de turismo comunitário na área (TEMBIÚ, 2010). Pesca, agricultura familiar e prestação de serviços são atividades dos moradores que se opõem ao avanço da especulação imobiliária e temem a perda do direito à permanência no território.

O turismo comunitário configura-se como prática política que tem contribuído para a preservação natural e cultural de comunidades. Max-Neef (In SAMPAIO, 2005, p.14) em análise das questões, lembra que isso ocorre “não no sentido conservacionista de museu ou de folclore, mas de preservar num sentido legítimo, com suas próprias dinâmicas naturais de mudança [...], reforçando a preservação da diversidade e das identidades locais e regionais”. Mostra que “turismo não é uma meta, é um meio” (op.cit.: p.14), ou seja, é forma de conquista, defesa, preservação ou, até mesmo, destruição do território, por interesses vários de agentes e grupos sociais da atividade. Ou seja, não há neutralidade de atividades turísticas, nem de produção de territórios, práticas desenvolvem-se conforme determinações do modo de produção, tendo em vista geração e circulação de capital, ou melhor, distribuição. O turismo adapta-se a diferentes formas de consumo e produção de território, desde as de completa artificialização e tecnificação de lugares pelo grande capital, às formas “mais modestas” de transformação, pelos próprios moradores que, embora passem por processos de transformação de formas, funções e estruturas onde vivem, tendo em vista a garantia da terra, preservação cultural, ambiental e da vida em comunidade.

Em discussão acerca da desvalorização de comunidades pelos grandes empreendimentos do turismo, Coriolano (2006, p.201) define comunidade como “grupo social residente em um pequeno espaço geográfico cuja integração das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar se identificam como comunidade”. A comunidade é mais que grupo de pessoas: são amigos de relações de trabalho, convivência, ajuda mútua, de familiaridade e coletividade, com laços solidários, em solidariedade orgânica (SANTOS, 2000) – entre

integrantes, com sentimentos de pertença e identidade com o lugar. Daí por que para Rodrigues (1997, p.32),

lugar, como categoria filosófica, não trata de uma construção objetiva, mas de algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o experiência. É dotado de concretude porque é particular, único, opondo-se ao universal, de conteúdo abstrato, porque desprovido de essência. Assim, o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração.

Lugar e comunidade apresentam, assim, similaridades de sentido, como afirmam Coriolano e Sampaio (2008), ambos tem o mesmo significado, sendo que lugar remete a espaço humanizados e comunidade grupos sociais espacializados. “Compreender os elementos que singularizam os lugares, e ao mesmo tempo, os elementos que o aproximam dos demais significa encontrar significados e possibilidades” (op.cit.: p.07). Comunidade se associa ao conceito de território, pela análise e compreensão de formas de territorialização e territorialidades desenvolvidas. Território, lugar e comunidade apresentam simbologias, identidades, materializações, relações de poder, associados à pertença, resistência. A palavra comunidade passa às pessoas um sentimento bom, do lugar diferente, comunitário, solidário, oposto aos lugares onde prevalece o individualismo e egocentrismo. Para Bauman (2003), a intencionalidade do viver em comunidade é procurada, por muitos, em função da “sensação boa”, de aconchego e conforto que a palavra carrega. Segundo o autor,

Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e

podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem (op.cit., p.8).

Entretanto Bauman (2003) afirma condição de comunidade ser algo não predominante nos dias de hoje, mas uma espécie de “paraíso perdido ou paraíso ainda esperado”. Para o autor “a palavra “comunidade” soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (op. cit.: p. 9). Acrescenta, ainda, que há diferenças entre comunidade sonhada e a existente. Para ele, sentir-se em segurança e ter liberdade⁶ requer “viver em comunidade”, mas obriga a sociedade seguir determinações, em troca de serviços que confundem, muitas vezes, com perda de liberdade:

Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra (op.cit. p. 10).

O sentido de comunidade, no capitalismo moderno, para Bauman (2003) é entendido sob duas tendências. A primeira refere-se à substituição do significado de “comunidade” sob relações tácitas, bucólicas e tradicionais para artificialização e imposição de normas que dizem às pessoas o que fazer e como agir, sempre em vigilância. A segunda tem em vista o resgate de querer a vida em comunidade, mas “desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder” (op.cit. p. 37). Diz Haesbaert (2002) que comunidade para o homem moderno perde o significado em função do caráter individualista da atual sociedade capitalista, pois a

realidade do homem moderno é recheada de solidão, individualismo e de uma lógica mercantil-consumista que sufoca cada vez mais o seu lado poético, a sua imaginação criadora. Solitário e egocêntrico como nunca, o homem moderno perdeu,

⁶ Liberdade, para Bauman (2003, p. 26) “é a capacidade de fazer que as coisas sejam realizadas do modo como queremos, sem que ninguém seja capaz de resistir ao resultado, e muito menos desfazê-lo”.

assim, o sentido do comunitário, do solidário, do fraterno. E quando o busca, o faz sem critério, a-criticamente, através de identidades as mais disparatadas e nas mais diversas escalas (fundamentalismos religiosos, gangues neonazistas, máfias ilegais, extremismos nacionalistas) (op.cit.: p.155).

Bauman (2003) vê a necessidade de superação da “comunidade estética” de Kant – que tem “natureza superficial, perfunctória e transitória de laços que surgem entre seus participantes” como marca fundamental –, para “comunidade ética”, em que a fraternidade e os compromissos de longo prazo sejam eticamente realizados “reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual” (op.cit.: p. 68). A luta em defesa do território, trabalho coletivo, organização popular, valorização cultural, uso comum de recursos, distribuição justa e solidária resgatam o sentido de comunidade, modificado, entretanto, com o passar do tempo, em função do “capitalismo *moderno*, dirigido pela urgência de substituir tradição fundada na comunidade por uma rotina artificial e construída” (BAUMAN, 2003, p.41).

A modernidade líquida de Bauman (2001) fala da multiplicidade de formas e “molduras” que a sociedade atual consegue adquirir. O capitalismo contemporâneo permite a ampliação da fluidez e flexibilidade de organizações sociais, institucionais e individuais, em função da própria reestruturação e liquidez do sistema, fazendo surgir, constantemente, novas formas, funções e estruturas em longo processo histórico. Dessa forma, a noção de comunidade também muda conforme mudanças espaciais e temporais, o que demonstra a dinamicidade do fenômeno. Grupos sociais, em especial, os que se consideram à margem do sistema capitalista, tentam resgatar o sentido de comunidade, embora modificado ao longo do tempo pela dinâmica socioespacial. As dificuldades de sobrevivência do modelo social desigual e combinado sugere a procura de alternativas de minimização de tamanhas disparidades. Para isso, o individualismo é superado, dando lugar a ações coletivas, grupais, familiares, comunitárias e solidárias.

No Ceará, comunidades mostram a força de poder emanado da “cultura popular que se serve dos meios técnicos, antes exclusivos, da cultura popular de massas, permitindo-lhes exercer sobre esta última verdadeira revanche (SANTOS, 2001, p. 21 a fim de garantir a posse territorial contra ações de grandes empresários do turismo, grileiros, carcinicultores e especuladores imobiliários. Pescadores, indígenas e

agricultores se organizam para desenvolver a atividade turística de base comunitária oferecendo hospedagens familiares, pequenas pousadas e chalés, alugam quartos de casas onde moram; pescadores vendem passeios de jangada, grupos teatrais são criados para encenação de peças de cultura popular e histórias de vida da comunidade a turistas, trilhas e passeios são organizados por instrutores/residentes. É o que se observa no município de Icapuí, a 200 quilômetros da capital Fortaleza: projeto de hospedaria familiar “Em cada casa uma estrela”, em parceria com a Fundação Vitae – associação civil sem fins lucrativos e a Fundação Brasil Cidadão – FBC.

Em Nova Olinda, na região do Cariri cearense, associados à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, moradores da comunidade participam da Cooperativa Mista de Pais e Amigos da Casa Grande – COOPAGRAN. A cooperativa organiza hospedagens, lojas de artesanato e passeios turísticos a visitantes que desejam conhecer a região, o que torna Nova Olinda Pólo Turístico do Cariri Oeste. Isso faz do turismo alternativa de renda de famílias. A cooperativa “administra 10 pousadas urbanas com capacidade para 40 leitos e 2 pousadas rurais, em área de agrofloresta, no vale, e no sopé da chapada, próximo a Floresta Nacional do Araripe” (FUNDAÇÃO CASA GRANDE, 2007, p. 16). Em 2006, segundo dados da Fundação Casa Grande (2007), 28.000 turistas visitaram a comunidade. A COOPAGRAN, em parceria com a Fundação, cede o direito de imagem e comercialização, e, com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará – SEBRAE/CE oferece cursos de capacitação a interessados na promoção da atividade turística, e organiza o turismo comunitário em Nova Olinda.

No Assentamento Coqueirinho, em Fortim, tem-se o projeto de turismo comunitário, apesar de difícil acesso. Trilhas pela mata, passeios de carroça, apresentação de produtos cultivados e de técnicas rústicas de cuidados com o solo e produção agrícola, peças teatrais, culinária, artesanato e a forma de vida da população local atraem visitantes. Os residentes veem o eixo do turismo como algo positivo. O agroturismo, modalidade de turismo de serviços prestados a visitantes que desejam conhecer o modo de vida do campo, faz-se em várias comunidades agrícolas latino-americanas, inclusive no Ceará, demonstrando o avanço do turismo comunitário em diferentes modalidades. Entretanto o turismo em áreas rurais caracteriza-se por curtos períodos de estadias e dificuldades de roteirização turística, com dificuldade de acesso,

pela distancia e estradas, predominantemente de terra, em má conservação, além da falta de diversidade de atrativos das comunidades. (CORIOLANO, 2008).

O turismo, na maioria de pequenas comunidades da atividade, não é a principal fonte de renda, embora apresente relevante atuação na movimentação da economia, principalmente quando integrada a outras atividades econômicas, podendo contribuir no seu fortalecimento. O turismo comunitário é realizado de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem agricultura, pesca e artesanato, entre outras atividades (Coriolano (2006, p.202). Do litoral à serra e ao sertão o turismo de base local vem conquistando novos territórios, oferecendo possibilidades a pequenos investidores demonstrando não exclusividade de promoção da atividade pelo grande capital. Sobre o turismo comunitário, Max-Neef (In SAMPAIO, 2005, p.15) destaca que

para merecer esse nome [...] primeiro deve ter como selo o mais profundo respeito à integridade, à individualidade, à discrição e à privacidade das pessoas que são os habitantes dos lugares onde se visita. Quem organiza esse turismo, deve transmitir isso ao visitante.

Na comunidade da Prainha do Canto Verde, litoral leste do Ceará, os organizadores de atividade turística, representados pela Associação de Moradores, Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde e Conselho de Educação da Escola Bom Jesus dos Navegantes, desenvolveram o “Código de Conduta”, informando aos visitantes como agir diante situações e rotinas da comunidade. A não subordinação de comunidades locais à dominação e exploração do grande capital, nos territórios, representa ruptura de atitude colonialista homogeneizante do modelo econômico. A organização de atividades por pescadores, camponeses, indígenas, quilombolas, seringueiros, faxinalenses expressa alterações de “padrões tradicionais de relação política com centros de poder e instâncias de legitimação, possibilita a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local” (ALMEIDA, 2004, p.21). Atividades como turismo, sob o eixo do turismo comunitário, revela um meio alternativo às comunidades. Assim, como outras atividades capitalistas, o turismo molda-se às novas estruturas, realizado e organizado por diversos agentes e em diferentes territórios. No turismo comunitário, a atividade não fica refém do modelo econômico, comunidades demonstram que, pela valorização do local, da cultura, do

trabalho comunitário, outras práticas e políticas territoriais e de turismo são possíveis na vida em comunidade, negando o individualismo e o consumo do turismo globalizado.

Conclusão

A produção de territórios solidários e de práticas de turismo solidário não é um fim em si mesmo, são práticas políticas para além do turismo, o que as comunidades desejam, em última instância é uma sociedade justa, oportunidades e direitos iguais para todos.

Ao lado do turismo global caminha a passos largos o turismo de base comunitária, que apresenta especificidade de ser solidário, com indícios de outro turismo. Contudo as contradições da sociedade de consumo se reproduzem nas comunidades, visto que o capitalismo se dá em cadeia e em várias escalas. Embora as comunidades lutem pela solidariedade e cooperação entre membros, muitas vezes, o realce à solidariedade, coesão e existência de interesses comuns, desconhecendo a realidade, tende a conduzir a ação social à promoção e reprodução da ordem social.

A realidade da produção territorial nas comunidades receptoras de turismo, explicita a natureza contraditória da atividade que, por se tratar de capitalismo inerente à essência, está em contradição como fato marcante do modo de produzir que, enquanto oferece lazer para uns, explora o trabalho de muitos, na mesma dinâmica. O turismo alocado em comunidades implanta empreendimentos, desencadeia embates com acirramento de conflitos entre residentes, promotores da produção espacial que desencadeiam formas de especulação imobiliária para implantação de empreendimentos. Com a lógica empresarial em confronto com a lógica das comunidades, cada na defesa de seus interesses, quase sempre leva vantagens o mais forte pela maior capacidade de persuasão. A expansão capitalista impõe “inclusão perversa”, com formas diferenciadas de inclusão no trabalho e na sociedade. As comunidades tornam-se parte do processo e acabam por serem transformadas em núcleos receptores de turismo. Assim, o turismo é uma atividade que implica produção de territórios a serviço do turismo globalizado, mas também produção de territórios solidários, com lógica da economia solidária e da ecosocioeconomia.

Referencial bibliográfico

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas – Processos de territorialização e movimentos sociais. In: ACSELRAD, Henri (ed). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 6 n. 1, 2004. ISBN: 1517-4115. p. 01-38.
- BACELAR, Tânia. O Contexto Mundial e as diversas visões de territórios e de desenvolvimento regional sustentável. In: MIRANDA, Carlos et al. **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília: IICA, 2008, p. 15-28.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 1997.
- CASTRO, Iná Elias de. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (orgs). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 579-594.
- _____. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ática, 1999.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira, *et. all*. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Repensando o turismo comunitário e solidário. In: Anais do X Seminário Internacional de Turismo. Curitiba: UNICENP, 2008. p. 01-21.
- CORIOLOANO. Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e LIMA, Luiz Cruz (orgs). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 26 – 44.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; ALMEIDA, Maria Geralda de. Trabalho e turismo: território e cultura em mutação na beira mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano (org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: EdUECE, 1998. p. 274-283.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

DAMIANI, Amélia Luisa. Ordenamento urbano e gestão territorial: impasses. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aurenice de Mello (orgs.) **O Brasil, a América latina e o mundo:** espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008. p. 107-121.

DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes Tradicionais e Enoconservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo da Mata Atlântica.** 2ª edição. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004. p. 09 – 20.

EGLER, C. A. G. . Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: Iná E. de Castro; Paulo Cesar G. da Costa; Roberto Lobato Correa. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 207-238.

FOUCAULT, Michel. **Micrifísica do Poder.** 23ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Reserva Extrativista.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=RESEX>> Acesso em: 18 mai 2010.

_____. Reserva Extrativista do Batoque. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=1453>> Acesso em: 18 mai 2010.

FUNDAÇÃO CASA GRANDE – MEMORIAL DO HOMEM KARIRI. **A turma da casa grande em:** Casa Grande Tur. Nova Olinda: Casa Grande Editora, 24 out 2007.

LIMA, Maria do Céu. Comunidades pesqueiras marítimas: mariscando resistências. In: SILVA, José Bozacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs.). **Ceará:** um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones.** Barcelona: Icaria Editorial, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PERICO, Rafael Echeverri. Articulação de Políticas e participação social. In: MIRANDA, Carlos et al. **Articulação de políticas públicas e atores sociais.** Brasília: IICA, 2008, p.29-169.

PRAINHA DO CANTO VERDE. **Resex da Prainha do Canto Verde vira realidade.** Disponível em: < <http://www.prainhadocantoverde.org/>> Acesso em: 18 mai 2010.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. In: Luzia Neide; M.T. Coriolano. (Org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE - (CE), 1999, p. 76-99.

Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia.** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Espaço e método.** 3ª Ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **La corrosión del character: las consecuencias personales Del trabajo em el nuevo capitalismo.** 8ª Ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de . O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 140-164.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TEMBIÚ, Alimento de Alma. **20 anos de luta de Caetanos de Cima**. Disponível em:
<<http://www.tembiu.pro.br/oktiva.net/1209/nota/147983>> Acesso em: 19 mai 2010.